

Desenvolvimento Rural

Turismo Rural, uma porta para o desenvolvimento rural?

O estudo de caso das Casas de Casares

   

Filipe Pinto

Vila Real, Maio de 2010

**Índice Geral**

**Resumo………………………………………………………………………………………….….…….2**

**O conceito de Turismo Rural……………………………………………………………….…..…....3**

**O Turismo Rural como alternativa à diversificação económica das áreas rurais………….5**

**As Casas de Casares: Um empreendimento turístico numa área rural do interior Transmontano…………………………………………………………………………………………..7**

**Conclusão……………………………………………………………………………………………….10**

**Bibliografia………………………………………………………………………………………………11**

Resumo:

O estudo de caso prende-se com a temática de turismo rural inserido num projecto classificado como “Turismo de Aldeia” no concelho de Vinhais, distrito de Bragança.

O projecto designado por “Casa de Casares” tem um sistema definido e composto por 5 habitações para aluguer, bem como a prestação de serviços ligados a actividades lúdicas e lazer.

O Turismo Rural não é uma actividade constante e rentável ao longo do ano. Está dependente sobretudo da sazonalidade e de um conjunto de factores inerentes às condições climáticas e situação económica.

Deve caracterizar-se por uma valorização do património cultural local, os costumes, os produtos locais, e os elementos de oferta naturais disponíveis garantindo a sua sustentabilidade.

Inseridos no Turismo Rural existem várias terminologias como Turismo de habitação, Agro-turismo, Turismo de Aldeia e as Casas de Campo.

O projecto insere-se no conceito de Turismo de Aldeia, sendo definido por dispor de 5 casas particulares situadas numa aldeia, exploradas de forma integrada, por uma única entidade e cujo desenho e materiais de construção respeitam a arquitectura típica do local.

Neste caso de estudo irão ser abordados as actividades envolvidas na casa de casares e os locais de interesse ao redor do concelho de Vinhais.

O conceito de Turismo Rural

O conceito de Turismo Rural define-se como “um conjunto de actividades turísticas desenvolvidas em meio rural, interligada com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o património cultural e natural da comunidade”.

Em Portugal o turismo rural foi criado em 1986 legislado pelo Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 Agosto, tendo nessa altura sido consideradas três diferentes modalidades como o turismo habitação, turismo rural, e agro-turismo.

Actualmente a definição apresentada pelo Turismo de Portugal, encontra-se no Decreto-Lei 55/2002, de 2 Abril “Turismo no espaço rural consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.” As zonas rurais são consideradas “as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural” (art. 3.º, Decreto-Lei n.º 55/2002, de 2 de Abril).

Na hospedagem relacionada com o turismo rural, é considerada também a produção primária de alimentos. Desta forma é dada em pequena escala uma valorização dos produtos locais naturais, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições, entre outros.

No alojamento compreendido neste âmbito, considera-se o turismo de habitação, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais, parques de campismo rurais.

Assim, o turismo de habitação é caracterizado pelo aproveitamento de residências de valor arquitectónico reconhecido como, solares, quintas senhoriais, ou casas apalaçadas, que possuam dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade.

Respeitante ao agro-turismo, este caracteriza-se por casas de habitação integradas numa exploração agrícola, promovendo trabalhos na própria exploração.

No caso do estudo de caso aqui apresentado, este insere-se no turismo de aldeia e é caracterizado pelo serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada. Existe também a obrigatoriedade de um escritório e dispor de serviço de pequeno-almoço.

Por fim, as Casas de Campo são casas particulares e casas de abrigo situadas em zonas rurais que prestam um serviço de hospedagem.

Em suma, o turismo rural valoriza o património cultural e natural de um dado meio rural. Assim os empreendedores desta área promovem a recuperação das práticas regionais (folclore, trabalhos manuais, artesanato, lendas e gastronomia) e conservação do ambiente natural onde se insere.

**O Turismo Rural como alternativa à diversificação económica das áreas rurais**

Devido ao êxodo rural e ao crescente desinteresse por estas áreas, o turismo é uma área recente de exploração económica alternativa nas zonas rurais. É encarado hoje em dia como uma alternativa de melhoria da qualidade de vida.

É uma actividade turística que desperta interesse pois retira aos participantes a rotina stressante do quotidiano, conduzindo-o a lugares tranquilos, fortalecidos pelos costumes e tradições rurais. Logo, o turismo rural oferece a oportunidade de restabelecer ligação, mesmo que por pouco tempo, com o meio rural.

De acordo com Paula et al. (2004), as principais motivações que levam as pessoas à procura do turismo rural são:

- A possibilidade de estar mais próximo da natureza,

- A convivência com pessoas de estilos de vida diferente,

- A possibilidade de participar em tarefas agrícolas,

- A mudança do ambiente quotidiano, que promove uma quebra da rotina,

- O facto deste tipo de turismo se desenvolver em locais com uma beleza natural ímpar.

Há um aumento do número de pessoas que encontram no turismo rural um refúgio ao stress quotidiano, uma forma do turista quebrar toda e qualquer ligação com o centro urbano, proporcionando momentos de descontracção e lazer.

Contudo, para que o turista permaneça um período de tempo que conduza a retornos económicos razoáveis e se constitua como uma actividade económica dinâmica, é essencial que se proporcione um mínimo de conforto, mesmo que o visitante esteja à procura de simplicidade. São imprescindíveis equipamentos de serviços adequados e actividades de animação diversificadas. Quanto mais estruturado for o produto turístico, isto é, mais planificação existir, maior será o tempo de permanência do turista na propriedade rural.

De acordo com Paula et. al. (2004), sugere-se como princípios primordiais de uma propriedade rural voltada para o turismo:

- Ter infra-estrutura adequada,

- Proporcionar um atendimento familiar e preservar a cultura e as tradições locais,

- Promover a Sustentabilidade,

- Ter serviços e produtos de qualidade,

- Envolver a comunidade local.

Tendo em vista que, esta actividade turística não ocorre de forma isolada, é necessário a envolvência e empenho simultâneo dos sectores público e privado, e da comunidade local.

O turismo rural é uma alternativa não só para os turistas urbanos, mas essencialmente para os proprietários rurais e as comunidades locais. O desenvolvimento dessa actividade numa região promove a melhoria na qualidade de vida local através da diversificação dos rendimentos, da criação de postos de trabalho, e da interacção com participantes com outra forma de vida e experiência pessoal, com o enriquecimento mútuo entre ambos. Muitos proprietários agrícolas encontram nesta actividade uma fonte de receita, num contexto Português generalizado de agricultura extensiva, familiar, associada a pequenas parcelas de terreno, quase sempre para auto consumo, e num contexto global de alguma dificuldade e de pouco retorno económico. Porém, nem todas as propriedades rurais são aptas para a actividade turística. Actualmente, as propriedades que têm mais capacidade para desenvolverem um produto turístico de qualidade são aquelas que investem num atendimento personalizado (esta actividade não é destinada ao turismo de massa), e com preços razoáveis.

# As Casas de Casares: Um empreendimento turístico numa área rural do interior Transmontano

No concelho de Vinhais, inserido na aldeia de Casares, existe um projecto de Turismo Rural, classificado como Turismo de Aldeia. O empreendimento designado “Casa de Casares” engloba um conjunto de 5 casas rústicas recuperadas conforme as casas típicas da aldeia, conservando toda a filosofia da zona rural estando inserido no Parque natural de Montesinho, fazendo fronteira com Espanha.

As casas são designadas pela casa do Medronheiro, casa dos Picotinhos, a casa da Figueira, a casa da Mina e a casa D’Afonte. Cada um destes espaços é composto por dois quartos (exceptuando Picotinhos), sala, cozinha, e casas de banho. Em cada casa, as salas estão equipadas com aquecimento central, ou lareira, televisão. O espaço permite acesso fácil a deficientes motores e no exterior há condições suficientes para o descanso e lazer.

Estão reunidos um conjunto de actividades, como também, locais com interesse cultural e gastronómico a serem visitados pelos clientes. Assim, como actividades oferecidas por este projecto estão contidos

- Passeios pedestres;

- Passeios e trilhos de BTT;

- Pesca à truta e outras espécies autóctones;

- Prática de caça;

- Observação de fauna e flora;

- Visita a moinhos de água;

Relativamente a locais de interesse a visitar, existe a aldeia de Dine (com uma lorga e fornos de cal), a aldeia de Lagarelhos (com um castanheiro milenar), a vila de Vinhais (com um Ecomuseu, muralha medieval, igreja de S. Facundo, igreja da Ordem III de S. Francisco e o Parque Biológico), a cidade de Bragança (possui um castelo e muralhas, Museu militar dentro do castelo, Domus Municipal da era romana, Museu ibérico do traje e da máscara, Museu Abade de Baçal, Mosteiro de Castro de Avelãs, entre outros) e por fim o lago de Sanábria (em Espanha, é o maior lago natural da Península Ibérica de origem glaciar).

As informações de seguida foram gentilmente cedidas pelo proprietário e maior impulsionador deste projecto, o Sr. Fernando Costa.

O projecto tem como principal objectivo, dar ênfase e projecção da terra pelos seus recursos e valores culturais. Segundo o mesmo, a sua infância foi passada numa zona rural, tendo assim cultivado um carinho especial pelo ambiente rústico. Após anos de trabalho como funcionário público foi possível economizar o suficiente para chegada a reforma, reunir condições e dedicar-se por inteiro a este projecto.

A ideia do projecto iniciou-se com a visita a uma venda de uma casa numa aldeia vizinha que motivou o mesmo a pesquisar a disponibilidade de compra de casas na aldeia de Casares. Foi então criada uma empresa chamada “A carqueja – Turismo da Natureza Lda”, fazendo parte desta o Sr. Fernando Costa e seus dois filhos como associados. A divisão das tarefas nesta empresa é praticamente inexistente, na medida em que é o Sr. Fernando Costa que trata da gerência, manutenção, limpeza, e provisionamento dos pequenos-almoços devido à sua maior disponibilidade. Pode-se assim considerar uma organização estável, pois este garante a tempo inteiro a concessão.

A criação deste projecto de turismo de aldeia iniciou-se em Março de 2000 com a compra das cinco casas necessárias e estabelecimento de um local para o serviço de escritório. Numa primeira fase, que consiste na avaliação do interesse do projecto, iniciou-se a execução do mesmo com o lançamento de um projecto de engenharia e arquitectura para aprovação da câmara. Foi adicionalmente necessária a elaboração de um documento de caracterização da aldeia e do espaço envolvente das casas com o intuito de executar um estudo de viabilidade do projecto pelo Ministério de Economia da Direcção Regional Norte.

Na segunda fase do projecto, relativa ao financiamento, este foi encaminhado para o Instituto do Financiamento e Apoio ao Turismo através do programa SIVETUR (Sistema de incentivos a produtos turísticos de vocação estratégica), tendo sido avaliado em 300 mil euros.

Por fim, a terceira fase é respeitante à vistoria e licenciamento, mediante a qual lhe foi autorizado a exercer actividade e depois de emitido o alvará a empresa colectou-se para prestação de serviços.

Dado o inicio de actividade, de forma a impulsionar o negócio, foram tomadas algumas medidas, entre as quais, a participação em feiras internacionais (ex. Madrid, Valadolid, Zamora), criação de um site de fácil acesso para obter toda a informação sobre o empreendimento em questão e recepcionamento e gestão das actividades recreativas. Segundo o mesmo, “Para obter sucesso nesta área de negócio é importante trabalhar para que os visitantes se sintam acompanhados e bem-vindos, dando apoio no que for preciso”.

As casas estão estruturadas de forma a proporcionar ao visitante uma confortável estadia, fornecendo lenha suficiente para o período de permanência na época fria e completamente equipadas com possibilidade de cozinhar as refeições no local. O preço das casas está entre os 75€ e 100€ dependendo da escolha da casa (ver em anexo). Está também incluído o serviço de pequeno-almoço, sendo fornecida mercearia diversa aos visitantes para que o possam confeccionar na sua habitação.

Em termos legislativos, o Sr. Fernando Costa poderia modificar o empreendimento passados os cinco anos de obrigatoriedade do projecto, no entanto segundo as palavras do proprietário a intenção é de manter a actividade. O mesmo revela desejo de criar outras actividades como a plantação de frutos silvestres, implementação de agricultura biológica, produção de cogumelos e passeios de burro. Contudo o factor idade impede-o de tornar estes desejos realidade.

**Conclusão**

O proprietário sente-se impelido a continuar o seu projecto movido pela sua paixão e carinho à sua terra, pois trata-se de uma actividade que irá dar o retorno do investimento inicial somente a longo prazo.

Neste exemplo de estudo, ressalta também a ideia que os projectos de turismo têm uma problemática constante que se deve à sazonalidade. Os ritmos de afluência aos serviços de turismo são muito voláteis e dependentes de condições como sendo o clima, a economia, a comodidade, entre outros.

A continuidade destes projectos estão muitas vezes comprometidos com factor idade pois as populações estão cada vez mais envelhecidas e caso não haja um estímulo e incremento do Estado ao interior do País, não se assegura a sua continuidade.

**Bibliografia**

Paula, D. A., N. N. Magalhães, W. A.a Souza Almeida, 2004. Turismo Rural: Uma alternativa de melhoria da qualidade de vida através da interação com o meio rural. In

<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:GB67XJdWzIUJ:comunidades.mda.gov.br/o/3461406+import%C3%A2ncia+do+turismo+rural&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESjM9Lt-y_uYG1xbeTsx95OC8cKL5NURUn6mYdc3HKs-dEcT3-fT5Hqtolm-Oq5g7DrcaBlnPBXQ8XyE0LSst2JjirVfDF2L1FfsI6ZMG1g6paY4pOLM5tLss_uMouv0crwEweXA&sig=AHIEtbQGtydHMouWAEHNVeQ7uTreWmIvyg>

**ANEXO**

Casas de Casares – Preço por noite









